

**ATA DE REUNIÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE SÃO PAULO -**

Data - 1 DE JUNHO DE 1996

Local - Câmara Municipal

Horário - 9 horas

Pauta: Informes, Eleição do CMDCA/SP e outros

**ELEIÇÃO:** O atual Presidente do CMDCA/SP, Carlos Vaz, afirmou que o

posicionamento e esse processo de eleição deveria cruzar região e representação.

Lembrou que o 1º e o 2º Conselhos tinham a hegemonia da zona leste: 4 titulares e

4 suplentes no 1º mandato e 5 titulares no 2º. Assim, considera que esta seja uma

das razões que dificultou as articulações, que historicamente deixam de passar pelo

Fórum. Desta vez entre os 8 titulares temos: três da zona leste, um da zona norte e

dois da zona sul. Isto foi um comprometimento do Fórum: estar trazendo outras

representações regionais para o conselho. Se houver comprometimento com este

Fórum, Renato e Miriam vão trazer a problemática da zona sul e a do atendimento,

o que facilitará a visibilidade dessa demanda para o Conselho.

A seguir Terezita afirma, entre outras coisas, que se houve uma articulação fora

do Fórum nesta eleição, uma delas foi a do Conselho Carlos, que acabava de

questionar que essas ações existiam.

O Conselho Lourtival afirmou que não há apenas a necessidade de se

preocupar com a representatividade regional, mesmo porque esses companheiros,

hoje mais uma vez, não estão aqui. Na própria região onde houve o processo do

qual ele participou, não houve a discussão da proporcionalidade, prática somente

respeitada pela direita, e surpreendentemente daqueles que defendem a

democracia representativa. Ficaram fora entidades que fazem parte dessa luta.

Faz-se necessário cobrar ainda mais a participação desse grupos neste Fórum.

A Conselheira Tutelar Dora lembrou que sempre houve a discussão e a

preocupação no Fórum da recondução dos ex-conselheiros e que neste processo

isso acabou se perdendo. Nas eleições anteriores conseguiu-se fazer uma

avaliação, principalmente quanto a do atual conselheiro-presidente, o que

encaminhou sua reeleição. Afirma ter perdido até o jeito de conversar com ele,

Carlos, o qual se colocava sem condições de discutir com este Fórum.

Carlos Vaz fez vários relatos afirmando que companheiros do Benê fizeram no

Fórum de São Mateus um projeto que lhe desse sustentação, como conselheiro,

para o Bispo, sem consulta da região, o que acabou comprometendo sua reeleição.

Acusou que João de Deus foi fazer no Fórum de São Mateus discussões que

também geraram problemas e que a postura do Lourtival em outros fóruns também

se tonaram complicadas, pela sua própria colocação, entrando em

desentendimento com lideranças locais. Lourtival se contrapôs, afirmando que esse

incidente não foi significativo.

Glória afirmou que nada poderia justificar o que ocorreu na Assembleia de

Melhoria nas Condições de Vida: a tentativa de tumulto, "o rolo compressor" de se

levar de ônibus, em caravana festiva e com instrumentos, populares para uma

relat. de obras em algumas feiras e com instrumentos bobinas para uma melhoria nas condições de vida; a tentativa de instalação de um compressor de gás.

Carlos Aziz afirmou que nada poderia justificar o que ocorreu na Assembleia de presidente não foi significativo.

desenvolvimento com referências locais; contudo se contatos afirmaram que esse se tornaram complicadas, pois nas várias reuniões entendendo em tempo disponível problemas e que a maioria de coisas em outros locais também.

Adicionalmente que tudo que Deus foi feito no Fórum de São Mateus discussões das obras o grupo sem consenso de região o que acabou comprometendo sua realização. Fórum de São Mateus um projeto que lhe desse sustentação como conselho.

Carlos Aziz fez vários relatos afirmando que compromissos do grupo fizeram no Conselho e que se colocava sem condições de discutir com este Fórum.

encaminharam sua realização. Adicionalmente foi pedido que o grupo de conversar com a realização principalmente dentro e do atual conselho-presidente o que isso acabou se perdendo. Nas eleições anteriores conseguiu-se fazer uma discussão no Fórum de recondução dos ex-conselheiros e que neste processo.

A Conselheira Tereza Dora lembrou que sempre houve a discussão e a faz-se necessário cortar ainda mais a participação desse grupo neste Fórum. democracia representativa. Ficaram fora entidades que fazem parte dessa luta.

respeitada pelos direitos e subseqüentemente aqueles que defendem e que ele participam não houve a discussão de proporcionalidade, pratica somente pelo mais uma vez, não sendo aqui na própria região onde houve o processo de discussão com a representatividade regional, mesmo porque esses compromissos.

O Conselho Municipal afirmou que não há apenas a necessidade de se questionar que essas ações existam.

do Fórum neste eleição para deixar foi a do Conselho Carlos que acabou de A seguir Tereza afirma, entre outras coisas, que se houve uma discussão fora o que facilitaria a realização dessa demanda para o Conselho.

Paula: informes, eleição do CMDCA/29 e outros.  
Mariano: a parte  
Local: Câmara Municipal  
Data: 1 DE JUNHO DE 1988

CIANCA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE SÃO PAULO -  
ATA DE REUNIÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA

assembleia, onde se sabia de antemão, as condições precárias e ainda o desrespeito a um princípio democrático e partidário da maioria dos presentes: a proporcionalidade. Afirmou a incoerência que estávamos vivendo ao repudiar a não referendarmos a eleição do C.T. de São Miguel. Alertou para as consequências que isto traria. Questionou a companheira Terezinha Helena quanto ao procedimento da Assembleia de Eleição dos Conselheiros de Direito ter sido proposta em duas cédulas: titulares e suplentes, afirmando ter sido, este procedimento, diferente da eleição anterior. Em resposta teve-se que o processo de discussão foi muito complicado, que dificilmente teve condições de opinar, uma vez que, o Prof. Marival Jordão tomava as atitudes e queria as coisas diferentes. Afirmou não ter assinado várias atas, em repúdio as atitudes tomadas, tendo inclusive saído, em um dos D.O.M., que ela havia obstruído uma das votações, quando na realidade ela se absteve.

Mais uma vez com a palavra, Lourival afirmou que 180 pessoas, representantes de 10 entidades, saíram frustradas. Elaboraram documentos relatando o ocorrido e se manifestando contra a decisão da Assembleia do segmento. "A perda não foi somente no que se conseguiu avançar, levando tantas entidades, mas também por serem negada a representatividade." Questionou qual será a consequência de tal procedimento das entidades nesse conselho.

A Conselheira Conceição diz trazer a sua indignação: "Temos tão tranquilos para essa 3ª eleição. Para mim foi um absurdo e queria a recondução do conselheiro. Não consegui sair sequer delegada. Foi uma provocação, igual na ditadura."

Carlos afirmou que a participação da Central de Movimentos Populares é muito importante. Foi feita uma articulação, pois não se tinha consenso. Achou que foi democrática e que já se tinha decidido por essa articulação, pelo que ela representava.

Foi acordado que para as próximas eleições terá que haver uma deliberação para seu ordenamento.

Quanto a participação do Djalma e Valdir, o Carlos diz se comprometer. Edson- "quanto a ata do segmento de melhoria eu discordo do seu conteúdo, no dia da eleição."

Lúcia- "discutir que as condições do local eram desfavoráveis, foi discutido na hora, mas não houve nenhuma proposta de suspensão da Assembleia."

Discutiu-se que a comissão eleitoral estava dissolvida e que não pode interferir. Terezinha Helena afirmou que durante todo o processo foram muito difíceis as discussões.

No final da reunião houve o questionamento dela ter sido gravada por Lourival. Afirmou-se que a reunião era pública mas, que as pessoas tinham o direito de saber qual seria o uso dessa gravação. Houve constrangimento pois várias pessoas não tinham percebido a gravação. Na próxima reunião será discutido se a sessão será ou não gravada.

Esta ata foi secretariada por Glória. São Paulo, 1 de junho de 1996.  
Segue lista de presença em anexo.

Cada lista de presença em anexo.

Esta ata foi secreturada por Cláudio São Paulo, 1 de Junho de 1988.

Esta em uso original

Uma primeira descrição e discussão da próxima reunião será discutido se a sessão será dada para o uso desse processo. Houve consenso sobre várias questões afirmou-se que a reunião era pública mas que as pessoas tinham o direito de

No final da reunião houve o questionamento de se ter sido aprovada por decisão discutida.

Terezinha Helena afirmou que durante todo o processo foram muito difíceis as

discussões e que a comissão eleitoral estava dissolvida e que não pode interferir mais, mas não houve nenhuma proposta de suspensão de assembleias.

Lucia- discutiu que as condições de locais eram desfavoráveis, foi discutido no dia da eleição.

Edson afirmou que a ata de seguimento de melhoria em discordar do seu conteúdo.

Quando a participação do Distrito e Várzea o Carlos de se comprometer para seu ordenamento.

Foi acordado que para as próximas eleições teria que haver uma deliberação representativa.

democrática e que se não fosse decidido por esse mecanismo, não que era importante. Foi feita uma discussão, pois não se tinha consenso. Acordou que foi

Carlos afirmou que a participação de Central de Movimentos Populares e muito não conseguiu sair sempre delegada. Foi uma provocação, já que na discussão

essa 3ª eleição. Para mim foi um erro e houve a recondução do conselho.

A Comissão Condição diz fazer a sua indignação: "Todos são responsáveis para procedimento das entidades nesse conselho".

Além disso a representatividade. Questionou para se a consequência de ter somente no que se conseguiu avançar, levando tantas entidades, mas também por se manifestando contra a decisão da Assembleia de seguimento. A perda não foi de 10 entidades, seriam milhares. Elaboraram documentos relatando o ocorrido e

Mais uma vez com a palavra, Lourenço afirmou que 180 pessoas, representantes quando na realidade era se apenas

incluindo sendo em um dos C.O.M. que era para ser obtido uma das votações.

Afirmou não ter assinado várias atas, em relação as atitudes tomadas, tendo vez que o Prof. Manoel também tomava as atitudes e havia as coisas diferentes.

de discussão foi muito complicado, que dificilmente teve condições de opinar, para procedimento, diferente de eleição anterior. Em resposta teve-se que o processo

proposta em duas condições: melhores e ambientes, afirmando ter sido este o procedimento da Assembleia de Eleição dos Conselheiros de Distrito ter sido

consequência que isto não. Questionou a comissão Terezinha Helena quanto não referendamos a eleição do C.T. de São Miguel. Ailton para se

proporcionabilidade. afirmou a incoerência que estamos vivendo ao referendamos e desistimos a um princípio democrático e participação de maioria dos presentes, a assembleia onde se sabia de antemão as condições presentes e ainda o

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA  
CIDADE DE SÃO PAULO**

Data: 18 de junho de 1996  
Local: Câmara Municipal  
Horário: 9:00h.

Parte do início da reunião não será possível ser registrada, pois contava-se que houvesse gravação. O início dos trabalhos foi realizado por Terezinha Helena, que afirmou ter-se a necessidade de se analisar e acompanhar o Projeto "Criança Legal" do SOS CRIANÇA, pois percebiam-se algumas falhas e desacordos com o ECA: parece preocupante a função das Bancas; da instituição de uma moeda para a mendicância, como estímulo da permanência nas ruas; assim como a não divulgação do projeto como um todo, somente uma minuta, o que dificulta uma análise mais criteriosa. Algumas pessoas descreveram a reunião do Palácio do Governo, onde o projeto foi apresentado, afirmando que o número de pessoas era significativo. Foi questionado o projeto não ter sido apresentado, discutido e aprovado nem pelo CONDECA, nem CMDCA/SP.

Um dos presentes, o educador do SOS Mário Mendes Raucci, afirmou: "a prática da rua são as crianças pedindo esmolas. Pedem a esmola como um favor, até meio envergonhados. Isso está institucionalizado nesse país. A criança ao receber esse bônus está recebendo um direito. O Estado ao tomar essa medida está atraindo a criança ao SOS, com um serviço apoiado pelo empresariado, com um trabalho educativo".

Terezita, ex-conselheira tutelar, afirmou que é necessário se estudar o projeto com mais atenção e sugeriu que se formasse um grupo. Pode-se perceber que o projeto está apoiado numa teoria comportamentalista, onde não se prevê as variantes que podem interferir: não há controle de quem dá e como dá esse bônus, por exemplo. Não há uma campanha suficiente de esclarecimento para as pessoas. Não é somente a situação de fome, abandono, ansiedade por se estar fora de casa, etc, que necessita ser controlada, quando se quer uma lateralização de comportamento. Pode-se correr o risco de se reforçar ainda mais um comportamento negativo, incentivar o uso da esmola, etc. Esse tipo de teoria foi usada com críticas para crianças com deficiências ou dificuldades e requer que a criança faça antes um contrato.

Sandra, educadora de rua há 8 anos, disse que o projeto parte do princípio de que as crianças estão nos faróis, mas sabe-se que apenas 20 a 30% estão. Como vai trabalhar as que estão comprometidas com drogas ou as de auto-risco?

Wanda, educadora do MNMMR, ressaltou que é necessário que se estabeleçam as competências entre as Secretarias de Bem Estar do Estado e a do Município, ficando como proposta que se peça ao CONDECA uma normatização.

Madalena lembra que a experiência com os meninos é a de que eles só vão onde é interessante e que as Casas Abertas não foram tão bem sucedidas por isso. É preciso que se detalhe o que o projeto entende por orientação familiar.

isso. É preciso que se defina o que o projeto entende por orientação familiar onde é interessante e que as Casas Abertas não tenham isso para atividades por medida sempre e que a experiência com os meninos e a de que eles se vão usando como recursos das se beta do CONDESA para normalização

As competências entre as Secretarias de Bem Estar do Estado e a do Município. Ainda educadores do MIMMIR, resgata que é necessário que se estabeleçam as regras de que estão comprometidos com regras ou as de auto-recol

que as crianças estão nos lares, mas sabe-se que apenas 50 a 30% estão. Como sendo educadora de rua na a anos, disse que o projeto parte do princípio de que não seja antes um projeto

mas com críticas para crianças com deficiências ou dificuldades e talvez que a combinação negativa, incluindo o uso de esmola, etc. Esse tipo de coisa foi combinação. Pode-se cometer o erro de se tentar simular mais um caso etc. que necessita ser controlado, quando se quer uma interação de não é somente a situação de fome, quando a situação por se estar fora de por exemplo, não há uma mudança suficiente de crescimento para as pessoas, crianças que podem interferir, não há controle de quem dá e como dá esse projeto está sendo uma coisa combinatória onde não se trata de com mais atenção e atenção que se tornasse um grupo. Pode-se perceber que o

terceiro, ex-conselheiros tutelares, afirmou que é necessário se estudar o projeto para saber educar.

Está afirmando a criança do 202, com um serviço sendo feito empregando com receber esse projeto está recebendo um direito. O Estado ao tomar essa medida está sendo superado, isso está institucionalizado nesse país. A criança do projeto de rua são as crianças pedindo esmolas. Pedem a esmola como um favor

Um dos presentes, o educador do 202 Mano Mendes Ramos, afirmou, o projeto não tem sido aprovado nem pelo CONDESA nem pelo MIMMIR

significativo. Foi questionado o projeto não ter sido apresentado, discutido e aprovado, onde o projeto foi apresentado, afirmando que o número de pessoas está sendo mais reduzido. Algumas pessoas descreveram a situação do Estado de dificuldades do projeto como um todo, somente uma criança, o que discute uma a mendicância, como exemplo de permanência nas ruas, assim como a não ECA parece preocupante a função das crianças, de interação de uma maneira para legal, do 202 CRIANÇA, pois percebem-se algumas falhas e desacordos com o afirmou ter-se a necessidade de se analisar e acompanhar o projeto. Crianças populares gravadas. O início dos trabalhos foi realizado por Tereza Helena que

Parte do início da reunião não seria possível ser registrada, pois concluiu-se que

Nome: ...  
Cargo: ...  
Data: 18 de Junho de 1988

CIDADE DE SÃO PAULO  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA  
VIA DA BELINHO EXTRACONDIÁRIA DO FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA

Mário, SCBSS, afirmou que as Casas Abertas ainda estão em funcionamento e sempre foram um sucesso, se esquecendo que a qual coordenou está fechada.

João Drexel, Pastoral do Menor, disse que há uma certa verdade no que Madalena e Mário afirmam, mas que a clientela de hoje é diferente daquela de três anos atrás. Hoje existe o crack nas ruas e as crianças viciadas não frequentam nenhum desses lugares. A rua está cheia de "matiosos" vendendo a droga para as crianças. Nós estamos esquecendo essa realidade. Não temos só crianças nas ruas, temos famílias inteiras. Como podemos criar alternativas? O que está fazendo a polícia e a associação dos juristas para conter isso?

Dr. Armando, Associação dos Juristas pela Democracia, afirmou que há mais de 20 projetos para profissionalização desses meninos e que realmente essa deveria ser uma tarefa da prefeitura.

Helôisa, conselheira indicada pelo CONDECA para representá-lo nesta reunião, afirmou que não tiveram conhecimento dos projetos do SOS, e que foram convidados na última hora para participarem do lançamento no Palácio do Governo, como todo mundo. A Secretária da Criança é a atual Presidente do Conselho mas, mesmo assim não trouxe o projeto. Afirmou ter recebido no dia anterior um telefonema do Sr. Paulo Victor, coordenador do SOS, para lhe explicar o programa. Afirmou não ser aquela maneira de tomar conhecimento e solicitar que ele enviasse o projeto ao Conselho, para que recebesse um parecer.

Lorval, CMDCA/SP, afirmou que o Conselho está se posicionando sobre vários programas do Estado. O Conselheiro João de Deus tem se posicionado veementemente contra o desrespeito dos órgãos que não apresentam seus programas aos conselhos.

Luzia, Conselheira Tutelar de Perus/Pirituba, informou que uma comissão de conselheiros visitou o SOS, e que há um provimento com assinatura de 11 juizes que dá respaldo ao funcionamento do órgão. Além de fazerem uma visita às instalações no dia 17/06, assistiram uma palestra e mostra de vídeos sobre o programa.

Dora, C.T. Penha, afirmou que não há sequer menção de insinuo fundamental. Madalena: Não tem muita lógica o conselho não estar com os programas sendo discutidos.

Luiz Ferretti: disse que projeto deu entrada no CONDECA, mas não entrou na pauta porque o conselho só se preocupa com a eleição do presidente, após sua saída, não discutindo outras coisas, dando voltas no umbigo.

Lorval: É grave o governador anunciando irregularidades, uma vez que os programas não estão sendo apresentados nos conselhos.

Dêa, psicóloga, encaminhar para a profissionalização quando 40% das crianças trabalham e estudam é uma realidade. Cursos profissionalizantes são para potencializar força de trabalho apenas.

Providências: discutir a legalidade do SOS; estudar a metodologia; solicitar ao Conselho Regional de Psicologia um parecer técnico sobre o programa; solicitar parecer da OAB; encaminhar ao CONDECA a necessidade de uma normativa para o funcionamento das secretarias de estado e município; visita oficial ao SOS;

Segue lista de presença, em anexo.

segue lista de presenças em anexo  
o funcionamento das secretarias de estado e município, lista oficial do SOS,  
bancos de OAB, encaminharam ao CONDECA a necessidade de uma comissão para  
Conselho Regional de Psicologia em bancos técnicos sobre o programa, solicitar  
Providências: discutir a realidade do SOS, estudar a metodologia, solicitar ao  
bancos bancos, tanto de trabalho bancos  
paralelo e ajudar e uma comissão Outros profissionais são para  
dos bancos bancos encaminharam para a profissionalização quando 40% dos cursos  
programas não estão sendo apresentados nos conselhos  
Conselho. É difícil o voluntariado auxiliando mediadores, uma vez que os  
bancos não descrevem outras coisas, sendo logo no mundo  
bancos bancos o conselho se se apresenta com a eleição do presidente, e os  
Luiz Ferrari disse que projeto de bancos no CONDECA, mas não entrou na  
discussão  
Mariana: Não tem muita lógica o conselho não estar com os programas sendo  
Ola, O T. Ferraz, afirmou que não se segue menção de outro encaminhamento  
programa  
discussões no dia 17/07, assistiram uma palestra e mostra de vídeos sobre o  
que se refere ao funcionamento do órgão. Além de fazerem uma lista de  
conselheiros para o SOS, e que na um momento com assinatura de 11 juizes  
Luiz, Conselheiros Juizes de Pernambuco, informou que uma comissão de  
programas nos conselhos  
voluntariamente contra o desrespeito dos órgãos que não apresentem seus  
programas do Estado. O Conselho João de Deus tem se posicionado  
Conselho, CONDECA, afirmou que o Conselho está se posicionando sobre vários  
se encerra o projeto do Conselho para que recebesse um bancos  
programa. Afirmação não sei qualis maneira de fontes, conhecimento e edição que  
telefone de Sr. Paulo Victor, coordenador do SOS, para que explicasse o  
mesmo assim não trouxe o projeto. Afirmação foi recebido no dia anterior um  
como todo mundo, a secretaria de Ciência e a atual Presidente de Conselho mas  
convencidos na última para bancos participarem do lançamento no Palácio do Governo,  
afirmação que não tiveram conhecimento dos projetos do SOS, e que foram  
Helena conselheira indicada pelo CONDECA para representação desta reunião,  
deve ser uma lista de bancos  
de 50 projetos para profissionalização desses membros e que realmente esse  
Dr. Armando, Associação dos Juizes pela Democracia, afirmou que na mais  
fazendo a banca e a associação dos juizes bancos bancos  
mas, todos temas bancos. Como podemos criar alternativas? O que está  
situação não estamos entendendo esse trabalho. Não temos as bancos não  
nenhum desses juizes. A na este caso de "maiores", buscando a droga para as  
anos bancos. Hoje existe o stack na bancos e as bancos bancos não representam  
mediadora e Maria afirmou, mas que a situação de bancos é diferente daquela de bancos  
João Diretor Pastoral do Menor, disse que na uma certa reunião no que  
sempre foram um sucesso, se aguardando que a bancos coordenou este trabalho  
Maria, SCBS, afirmou que as Bancos Ações ainda estão em funcionamento e

## ATA DA REUNIÃO DO FORUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE SÃO PAULO DE 02/7/96

Após a leitura da ata da reunião percebeu-se que havia diferentes entendimentos a respeito da pauta de hoje.

INFORMES: Déa trouxe o material que conseguiu no SOS, o qual não era diferente daquele que nós já havíamos recebido, e que provavelmente não havia disponibilidade de alguém do órgão vir a esta reunião.

Outro informe foi o programa da Globo sobre o projeto, com a presença da Conselheira de Direitos da cidade Stela Graciani que desaconselhou o donativo da esmola.

Terezinha Helena afirmou que uma visita dos C.T. ao SOS é sem sentido, uma vez que não há nada por escrito vindo do CMDCA, para que o C.T. faça uma averiguação. Lembrou ainda que o responsável pelo projeto afirmou que não iria registrá-lo, pois, o Serviço seria transformado futuramente numa fundação. Já foi-se muitas vezes, não é necessário ir novamente mas, tomarmos atitudes para que esse projeto se adeque ao ECA. É necessário levar o Coordenador do projeto ao M.P., para que ele tome conhecimento da lei.

Armando informou que a comissão não encaminhou todos os ofícios. Esperava-se que o SOS entregasse um projeto, detalhado, mas ao que parece ele não existe. Agora iremos encaminhar às entidades e Conselhos Regionais dizendo que esse é o projeto na íntegra.

Déa afirmou que foi enviada a solicitação à DT-8 e o ofício ao CONDECA. Ainda não se encaminhou o pedido de parecer jurídico do SOS.

Estas questões foram discutidas na assembléia dos Conselhos Tutelares.

A seguir uma representante do SOS, Suely Honda, chegou trazendo materiais e disposta a esclarecer as nossas dúvidas. Começou explicando que o Projeto "Criança Legal" surgiu do Projeto "Farol Não É Casa". A partir desse projeto pode avaliar e calcular o número de crianças e adolescentes explorados pelos pais, pais de rua e inclusive o resgate de crianças desaparecidas. Foi feita uma pesquisa com 1890 meninos e meninas nos faróis. Viram que nos faróis ganhava-se muito dinheiro, que não compensava trabalhar e nem colocar as crianças na escola. Acredita no programa, está há 4 anos no SOS e acha que é diferente a esmola do legal e que este não a estimulará, nem ao consumo e tráfico de drogas. O Projeto visa conscientizar a população a não dar esmolas e se criou o legal. A criança de posse do legal abre a sua conta no banco. O legal não é dinheiro e por isso ele não o trocará por droga. Com ele é possível ajudar a sua família e nós poderemos reconstituir o seu núcleo familiar. Com o Projeto "Farol Não é Casa" detectamos os pontos de concentração dos meninos. Estamos dando cesta básica e uma família já passou a receber 250 reais como bolsa de estudos. O legal é uma desculpa para ir ao SOS. Assim teremos uma garantia para a família e não mais para intermediários e exploradores de crianças. Temos convênio com cooperativas que encaminham o pai para trabalhar e para a profissionalização. Cada banca tem 4 educadores com recursos e possibilidade de cadastrar queixas de desaparecimentos. Há ainda 1 perua com 5 educadores que vão circular a área.

Preciosa afirma que as crianças precisam voltar para casa e serem tratadas como seres humanos.

"Isso é diferente do que fazemos com os nossos filhos".

Dora, C.T. Penha afirma que é necessário se ter uma política de empregos para os pais.

Suely afirma que o projeto foi feito com a sociedade civil e com o apoio de grandes empresários. Já houve ajuda a algumas crianças, até a ampliação da casa de uma delas, apesar que houvesse reintegração familiar.

Armando pergunta a representante do SOS se balas, bolachas também não eram esmolas e recebe ce resposta que também poderiam ser. E o legal, também não é esmola?

Terezinha Helena pergunta onde o projeto encontrou base legal no ECA? Lembrou do FUNCAD, afirmou que todos os programas, assim como o dinheiro deveriam passar por ele. Que cursos profissionalizantes fundamentalmente era para pôr para trabalhar. se ~~querem~~ usar a criança ao invés de por o pai para trabalhar..

...no âmbito do projeto de lei de criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas, assim como o Conselho de Acompanhamento e Fiscalização dos Programas de Trabalho, a serem criados nos municípios. A criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas de trabalho, a serem criados nos municípios, é uma medida necessária para garantir a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos recursos empregados. A criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas de trabalho, a serem criados nos municípios, é uma medida necessária para garantir a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos recursos empregados.

...A criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas de trabalho, a serem criados nos municípios, é uma medida necessária para garantir a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos recursos empregados. A criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas de trabalho, a serem criados nos municípios, é uma medida necessária para garantir a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos recursos empregados. A criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas de trabalho, a serem criados nos municípios, é uma medida necessária para garantir a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos recursos empregados.

...A criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas de trabalho, a serem criados nos municípios, é uma medida necessária para garantir a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos recursos empregados. A criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas de trabalho, a serem criados nos municípios, é uma medida necessária para garantir a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos recursos empregados. A criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização dos programas de trabalho, a serem criados nos municípios, é uma medida necessária para garantir a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos recursos empregados.

SÃO PAULO DE OESTE  
DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE  
VIA DA BELINHO DO FORUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS

Lembrou-se ainda que esses programas levam as crianças aos teatros, passeios e quando elas voltam para as favelas nenhuma dessas diversões se torna mais possível. Dar cesta básica para uma parcela de adolescentes que já intracionaram o que resolve? e a família? O SOS vai trabalhar limites? Quando a criança se apercebe disso ela não volta. Prefere a rua. São muitas as fases para resgatar essa criança. Parte delas não está aí por pobreza, mas por desajustes em casa.

Em resposta Suelly disse que a colocação, por exemplo da Banca na Paulista, fez com que um grupo de meninos que por ali viviam se afastasse para a Dr. Arnaldo.

Armando - vocês partem de uma base errada, a permanência da esmola. As experiências no Peru mostraram que todo o incentivo que o governo tentou dar para desestimular o plantador de coca a continuar cultivando-a, na tentativa de substituir por milho feijão, fraccassou. Nada é tão compensador quanto o plantio da coca. Assim o pai de rua muda com a banca e vão correr São Paulo.

Suelly explicou que permanecem com as crianças durante 24 horas e depois encaminham para o Fórum ou C.T. Encaminham mais para o Fórum porque os C.T. não atendem, pois alegam não terem condições.

Gloria afirmou estar havendo uma troca de papéis: quem faz encaminhamento é o C.T. e quem presta serviços é o SOS.

Madalena explicou que quem deve prestar serviços nessa área é a Prefeitura e não o Estado. Há procedimentos errôneos. Além disso sabemos que parte dos pais querem se ver livres dessas crianças. Ficar só cadastrando para que? é necessário que se faça programas bons para essas famílias e para os meninos saírem das ruas. Tem que se reverter tudo e consultar os técnicos. Programas de cima para baixo geralmente não dão certo. Disse que certa vez, quando era Conselheira Estadual acompanhou um grupo com rede Globo, policiais, jornalistas. Quando aparecia um menino deitado todo mundo sala dos carros, com luzes e estardalhaços e o técnico vinha atrás gritando: não é assim... UM absurdo.

Antonio Carlos, C.T. V. Mariana afirmou por ser ano eleitoral, dizer que é coincidência é ingenuidade. O programa é só para campanha. O legal é o problema. Não houve discussão com os técnicos, não houve participação popular como manda o Estatuto. É engraçado falar em políticas públicas com esse estado que acabou de fechar 106 escolas na cidade. Além de todo o suateamento da FEBEM. Prefeitura faz convênios tão baixos com entidades, deixam de atender crianças, fecham-se C.J. para onde vão os meninos?

Helisa- CONDECA- depois da nossa última reunião o Projeto foi protocolado no Conselho. A FEBEM informou, via ofício ao Conselho, que estará desativando o programa de L.A. Já há encaminhamento em algumas regiões.

As técnicas do programa L.A se manifestaram dizendo que só tinham tomado conhecimento de que em Santos se pensavam num programa mais eficiente e que algumas unidades da cidade estavam sofrendo ação de despejo. Ficaram de verificar o ofício para que tomássemos providências

Próxima reunião ordinária do Fórum- sábado dia 6/7/ 9:00h

Próxima reunião do Fórum Estadual 2º sábado do mês, Igreja Dom Bosco - metrô Tiradentes..

Esta ata foi secretariada por Maria da Glória G. Carvalho. Segue em anexo lista de presença.

São Paulo. 2 de julho de 1996.

2do Ponto: 5 de Junho de 1988

Esta ata foi secretariada por Maria da Glória e Cavalheiro. Segue em anexo lista de presença  
Proxima reunião do Fórum Estadual, sábado do mês, Igreja Dom Bosco - meio Tardes  
Proxima reunião ordinária do Fórum - sábado dia 03/8: 8:00h

providências

estavam sendo de acordo de trabalho. Ficaram de levantar o ofício para que fossem tomadas providências que em Santos se pensavam num programa mais eficiente e que algumas mudanças de cidade

As técnicas do programa L.A. se manifestaram dizendo que se tinham tomado conhecimento de encaminhamento em algumas regiões.

EEBEEM informou, via ofício ao Conselho, que estava desenvolvendo o programa de L.A. na

Hebêlia- CONDESA- depois de nossa última reunião o Projeto foi protocolado no Conselho. A

cidade, porém se o L.A. para onde vão os membros

encaminhamento do EEBEEM. Pretendem fazer comissões de trabalho com entidades, deixar de atender

empresas com esse estado que separam de separar 100 empresas na cidade. Além de todo o

técnicos, não houve participação popular como manda o Estatuto. E sugere-se fazer em políticas

independente. O programa é só para empresas. O legal é o programa. Não houve discussão com os

Antonio Carlos, C.T. A. Mariana afirmou por ser sua intenção dizer que é coincidência e

uma área grande, não é assim. Não se trata

aproxima um menino dentro todo mundo está dos centros, com áreas e estabelecimentos e o técnico

Conselheiros Estaduais, acompanhamento num grupo com todo grupo, técnicos, técnicos. Quando

programas de cinco para baixo certamente não vão certo. Disse que certa vez, quando era

família e para os membros saíam das ruas. Tem que se levantar tudo e consultar os técnicos

ciências. Fica só cadastrando para duas é necessário que se faça programas para duas essas

procedimentos anteriores. Além disso sabemos que parte dos pais querem se ver livres dessas

instituições. Explicou que quem deve prestar serviços nessa área é a Prefeitura e não o Estado. Já

para serviços é o 202.

Glória afirmou estar havendo uma troca de papéis, quem faz encaminhamento é o C.T. e quem

tem condições

Fórum ou C.T. Encaminharam mais para o Fórum porque os C.T. não atendem, pois também não

qual explicou que permanecem com as crianças durante férias e depois encaminharam para o

Fórum.

compartilhado quanto o plano de casa. Assim o pai de um mudou com a filha e vão comer. São

coisa e compartilhar, ajudando-a, na tentativa de sustentar por muito tempo, nada é tão

Para mostrar que todo o incentivo que o governo tenta dar para desestimular o abandono de

Assim, locais também de uma parte estado, a permanência de escolas. As experiências no

grupo de crianças que por ele mesmo se organizasse para a Dr. Almeida.

Em resposta Glória disse que a colocação, por exemplo de Branca na Fundação, fez com que um

responder essas crianças. Parte delas não está aí por vontade, mas por desajustes em casa.

Indicou. Quando a criança se apresenta disse ela não volta. Pretende a sua. São muitas as regras para

uma parte de se estabelecerem que já interacionaram o que resolveu e a família. O 202 vai trabalhar

voluntários para as famílias nenhuma dessas crianças se torna mais possível. Por conta disso para

deixar de ser ainda que esses programas levem as crianças nos territórios, passados e quando elas

**ATA DA REUNIÃO DO FORUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE  
SÃO PAULO DE 02/7/96**

Após a leitura da ata da reunião percebeu-se que havia diferentes entendimentos a respeito da pauta de hoje.

INFORMES: Déa trouxe o material que conseguiu no SOS, o qual não era diferente daquele que nós já havíamos recebido, e que provavelmente não havia disponibilidade de alguém do órgão vir a esta reunião.

Outro informe foi o programa da Globo sobre o projeto, com a presença da Conselheira de Direitos da cidade Stela Graciani que desaconselhou o donativo da esmola.

Terezinha Helena afirmou que uma visita dos C.T. ao SOS é sem sentido, uma vez que não há nada por escrito vindo do CMDCA, para que o C.T. faça uma averiguação. Lembrou ainda que o responsável pelo projeto afirmou que não iria registrá-lo, pois, o Serviço seria transformado futuramente numa fundação. Já foi-se muitas vezes, não é necessário ir novamente mas, tomarmos atitudes para que esse projeto se adeque ao ECA. É necessário levar o Coordenador do projeto ao M.P., para que ele tome conhecimento da lei.

Armando informou que a comissão não encaminhou todos os ofícios. Esperava-se que o SOS entregasse um projeto, detalhado, mas ao que parece ele não existe. Agora iremos encaminhar às entidades e Conselhos Regionais dizendo que esse é o projeto na íntegra.

Déa afirmou que foi enviada a solicitação à DT-8 e o ofício ao CONDECA. Ainda não se encaminhou o pedido de parecer jurídico do SOS.

Estas questões foram discutidas na assembléia dos Conselhos Tutelares.

A seguir uma representante do SOS, Suely Honda, chegou trazendo materiais e disposta a esclarecer as nossas dúvidas. Começou explicando que o Projeto "Criança Legal" surgiu do Projeto "Farol Não É Casa". A partir desse projeto pode avaliar e calcular o número de crianças e adolescentes explorados pelos pais, pais de rua e inclusive o resgate de crianças desaparecidas. Foi feita uma pesquisa com 1890 meninos e meninas nos faróis. Viram que nos faróis ganhava-se muito dinheiro, que não compensava trabalhar e nem colocar as crianças na escola. Acredita no programa, está há 4 anos no SOS e acha que é diferente a esmola do legal e que este não a estimulará, nem ao consumo e tráfico de drogas. O Projeto visa conscientizar a população a não dar esmolas e se criou o legal. A criança de posse do legal abre a sua conta no banco. O legal não é dinheiro e por isso ele não o trocará por droga. Com ele é possível ajudar a sua família e nós poderemos reconstituir o seu núcleo familiar. Com o Projeto "Farol Não é Casa" detectamos os pontos de concentração dos meninos. Estamos dando cesta básica e uma família já passou a receber 250 reais como bolsa de estudos. O legal é uma desculpa para ir ao SOS. Assim teremos uma garantia para a família e não mais para intermediários e exploradores de crianças. Temos convênio com cooperativas que encaminham o pai para trabalhar e para a profissionalização. Cada banca tem 4 educadores com recursos e possibilidade de cadastrar queixas de desaparecimentos. Há ainda 1 perua com 5 educadores que vão circular a área.

Preciosa afirma que as crianças precisam voltar para casa e serem tratadas como seres humanos.

"Isso é diferente do que fazemos com os nossos filhos".

Dora, C.T. Penha afirma que é necessário se ter uma política de empregos para os pais.

Suely afirma que o projeto foi feito com a sociedade civil e com o apoio de grandes empresários. Já houve ajuda a algumas crianças, até a ampliação da casa de uma delas, após que houvesse reintegração familiar.

Armando pergunta a representante do SOS se balas, bolachas também não eram esmolas e recebe a resposta que também poderiam ser. E o legal, também não é esmola?

Terezinha Helena pergunta onde o projeto encontrou base legal no ECA? Lembrou do FUNCAD, afirmou que todos os programas, assim como o dinheiro deveriam passar por ele. Que cursos profissionalizantes fundamentalmente era para pôr para trabalhar. ~~se querem usar a criança ao invés de pôr o pai para trabalhar.~~

no âmbito de ser o pai para representar  
profissionais independentes e para ser para representar a família e a comunidade  
afirmação das forças de produção, assim como o direito de voto para os membros  
representação de família e do projeto econômico para o ECV e Conselho de FIDUCIA  
reserva de recursos para família e ser. E o projeto econômico não é o mesmo  
quando família e representante do ECV se refere, pois não família não é a mesma e  
população independente família.  
ambas as partes e a família e a comunidade de cada de uma das partes para que  
seja afirma que o projeto foi feito com a sociedade civil e com o apoio de famílias  
para o C.T. Família afirma que é necessário se ter uma política de emprego para as  
isso é diferente do que fazemos com os nossos filhos.

preciso afirma que as crianças precisam ter para cada e serem tratados como seres  
na vida e para com a educação que não apenas a vida.  
para ser e educadores com recursos e possibilidade de trabalho, direito de desenvolvimento  
colégio com cooperação que ensinaram o pai para trabalhar e para a profissionalização. Cada  
uma das partes para a família e não mais para intermediários e exploradores de crianças. Temos  
reserva do ECV para como parte de estudos. O projeto é para descrever para o ECV. Assim temos  
boas de concentração dos membros. Estudamos quando cada parte a uma família. A família e  
bolsistas reconstruir o seu núcleo familiar. Com o Projeto "Família não é Casa", desenvolvemos os  
e direito e por isso que não o projeto foi feito com que é possível ajudar a sua família e nos  
de família e se não o projeto. A criança de posse do projeto, não a sua conta no banco. O projeto não  
estruturado, não se concentra e não se trata de trabalho. O projeto não concentra e concentra e não  
programa, não se trata de trabalho e não se trata de trabalho e não se trata de trabalho e não se trata de trabalho.  
um projeto que não compensa trabalho e não compensa as crianças na escola. A família não  
foi feita para trabalhar com 1800 membros e membros nos países. Assim que nos países desenvolve-se  
necessários explorados para as partes de um e inclusive o direito de crianças desenvolvimento.  
Projeto "Família não é Casa". A família desse projeto pode ajudar e ajudar o núcleo de crianças e  
ajudar as nossas famílias. Começamos explorando que o Projeto "Crianças não são brinquedos de  
A família para representante do ECV, para família, credora fazendo manutenção e direitos e  
Essas questões foram discutidas na assembleia dos Conselhos Tutelares.

assinaram o pedido de recursos jurídico do ECV.  
Das afirma que foi enviado a solicitação a DT-8 e o ofício ao COMDECA. Assim não se  
empresas e Conselhos Regionais dizendo que esse é o projeto na prática.

empresas em projeto, desenvolvido, mas ao que parece não existe. Assim não se  
informação que a comissão não ensinaram todos os ofícios. Especifica-se que o ECV  
não se trata de ser parte comprometido de ser.

empresas para que esse projeto se adere ao ECV. É necessário levar o Comitê de Trabalho do projeto ao  
independentemente para independentemente de ser. É necessário o movimento para movimento  
representação de família e do projeto econômico para o ECV e Conselho de FIDUCIA. Assim temos  
reserva do ECV para como parte de estudos. O projeto é para descrever para o ECV. Assim temos  
boas de concentração dos membros. Estudamos quando cada parte a uma família. A família e  
bolsistas reconstruir o seu núcleo familiar. Com o Projeto "Família não é Casa", desenvolvemos os  
e direito e por isso que não o projeto. A criança de posse do projeto, não a sua conta no banco. O projeto não  
estruturado, não se concentra e não se trata de trabalho. O projeto não concentra e concentra e não  
programa, não se trata de trabalho e não se trata de trabalho e não se trata de trabalho e não se trata de trabalho.

informe foi o programa de grupo sobre o projeto com a presença de Conselhos de  
esta reunião  
nos se realizam reserido, e que provavelmente não para disponibilizar de ajudar de modo que a  
INFORMES: Das afirma que mantém que conselho do ECV o qual não se trata de ser diferente de ser que  
para de ser

A família de ser de ser realizado percebeu-se que há diferenças entendimentos e reserido de

GOV. BUNGO DE OSVALDO  
DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE  
VIA DA BELINHO DO FÓRUM MUNICIPAL DE BELÉM DO

Lembrou-se ainda que esses programas levam as crianças aos teatros, passeios e quando elas voltam para as favelas nenhuma dessas diversões se torna mais possível. Dar cesta básica para uma parcela de adolescentes que já infracionaram o que resolve? e a família? O SOS vai trabalhar limites? Quando a criança se apercebe disso ela não volta. Prefere a rua. São muitas as fases para resgatar essa criança. Parte delas não está aí por pobreza, mas por desajustes em casa.

Em resposta Suely disse que a colocação, por exemplo da Banca na Paulista, fez com que um grupo de meninos que por ali viviam se afastasse para a Dr. Arnaldo.

Armando- vocês partem de uma base errada, a permanência da esmola. As experiências no Peru mostraram que todo o incentivo que o governo tentou dar para desestimular o plantador de coca a continuar cultivando-a, na tentativa de substituir por milho feijão, fracassou. Nada é tão compensador quanto o plantio da coca. Assim o pai de rua muda com a banca e vão correr São Paulo.

Suely explicou que permanecem com as crianças durante 24 horas e depois encaminham para o Forum ou C.T. Encaminham mais para o Forum porque os C.T. não atendem, pois alegam não terem condições.

Glória afirmou estar havendo uma troca de papéis: quem faz encaminhamento é o C.T. e quem presta serviços é o SOS.

Madalena explicou que quem deve prestar serviços nessa área é a Prefeitura e não o Estado. Há procedimentos errôneos. Além disso sabemos que parte dos pais querem se ver livres dessas crianças. Ficar só cadastrando para que? é necessário que se faça programas bons para essas famílias e para os meninos saírem das ruas. Tem que se reverter tudo e consultar os técnicos. Programas de cima para baixo geralmente não dão certo. Disse que certa vez, quando era Conselheira Estadual acompanhou um grupo com rede Globo, policiais, jornalistas. Quando aparecia um menino deitado todo mundo saía dos carros, com luzes e estardalhaços e o técnico vinha atrás gritando: não é assim...UM absurdo.

Antonio Carlos, C.T. V. Mariana afirmou por ser ano eleitoral, dizer que é coincidência é ingenuidade. O programa é só para campanha. O legal é o problema. Não houve discussão com os técnicos, não houve participação popular como manda o Estatuto. É engraçado falar em políticas públicas com esse estado que acabou de fechar 106 escolas na cidade. Além de todo o sucateamento da FEBEM. Prefeitura faz convênios tão baixos com entidades, deixam de atender crianças, fecham-se C.J. para onde vão os meninos?

Heloísa- CONDECA- depois da nossa última reunião o Projeto foi protocolado no Conselho. A FEBEM informou, via ofício ao Conselho, que estará desativando o programa de L.A. Já há encerramento em algumas regiões.

As técnicas do programa L.A se manifestaram dizendo que só tinham tomado conhecimento de que em Santos se pensavam num programa mais eficiente e que algumas unidades da cidade estavam sofrendo ação de despejo. Ficaram de verificar o ofício para que tomássemos providências

Próxima reunião ordinária do Forum- sábado dia 6/7/ 9:00h

Próxima reunião do Forum Estadual 2º sábado do mês, Igreja Dom Bosco - metrô Tiradentes..

Esta ata foi secretariada por Maria da Glória G. Carvalho. Segue em anexo lista de presença.

São Paulo. 2 de julho de 1996.

